

ISSN 2764-5835

Recebido: 10.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

Fórum Nacional de Cursos Superiores de Turismo, Hospitalidade e Lazer – relato de experiência.

Teresa Cristina Viveiros Catramby
teresacatramby@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5040-2230>

Carlos Eduardo Silveira
caesilveira@ufpr.br

<https://orcid.org/0000-0002-1414-1096>

Marcelo Vilela de Almeida
marcelovilela@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-6123-1190>

Patrícia Cristina Statella Martins
martinspatricia@uems.br

<https://orcid.org/0000-0003-1979-7518>

Sergio Rodrigues Leal
sergio.rleal@ufpe.br

<https://orcid.org/0000-0002-4898-4489>

Thiago Rodrigues Schulze
schulze.thiago@ifsp.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-2245-4762>

Vânia Lúcia Quadros
vaniaquadros.ufpa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4008-5243>

Flora Thamiris Rodrigues Bittencourt
flora_thamiris@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6378-5162>

Resumo

Durante o ano de 2021 o Fórum Nacional de Cursos Superiores de Turismo propôs ações, de forma estruturada, para levantar dados e iniciar discussões que pudessem embasar a construção de uma nova Diretriz Curricular Nacional - DCN para o curso de bacharelado em Turismo. Neste texto relatamos as ações e participações da presidência e diretoria do Fórum, metodologias de pesquisa e seus resultados e um breve relato de cada grupo de trabalho e temas discutidos. Finalizamos apresentando perspectivas de trabalho e outros temas que devem ser discutidos assim como ações de encaminhamento da construção de uma nova DCN.

Palavras-chave: Turismo; Educação; Formação Superior.

Abstract

During the year 2021, the National Forum of Higher Tourism Courses proposed actions, in a structured way, to collect data and start discussions that could support the construction of a new National Curriculum Guide for the Bachelor's Degree in Tourism. In this text we report the actions and participation of the Forum presidency and board, research methodologies and their results and a brief report of each working group and topics discussed. We end by presenting work perspectives and other topics that should be discussed, as well as actions to guide the construction of a new National Curriculum Guide.

Keywords: Tourism; Education; Higher Education.

1. INTRODUÇÃO

Na década de 1960 houveram mudanças no sistema educacional brasileiro que impactaram a atualidade. Com o crescimento da população tanto economicamente quanto pelo aumento do número de estudantes que pretendiam cursar uma universidade, a criação de postos de trabalho, o governo foi pressionado a formular uma política que foi promulgada através da Lei 5.540/68, propondo uma profunda reorganização, principalmente no sistema de Educação Superior brasileiro.

Sob a ótica da organização, a reforma possuía elementos extraídos das Universidades norte-americanas: os departamentos suprimiram o sistema de cátedras; os créditos eliminaram os programas de cursos seriados e anuais; institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação; foram criados os programas de pós-graduação com seus graus de mestrado e doutorado e foi introduzido o ciclo básico. Todas as instituições deveriam seguir este modelo.

Seguindo a lógica, com a reforma houve aumento de pedidos de inscrição, inclusive de novos grupos sociais (mulheres e idosos) e as autoridades responderam à pressão permitindo que instituições particulares de ensino superior proliferassem. O ensino superior privado, que surgiu a partir desta demanda, tendia a ser qualitativamente distinto do que

existia anteriormente. Com característica utilitarista, a reforma se inspirou no estabelecimento de uma relação direta entre educação e sistema produtivo, formando mão-de-obra e consumidores.

Ancorado na questão do desenvolvimento socioeconômico nacional, motivado pelas possibilidades de um setor em expansão e entendido como um campo de profissionalização, foi criado, em 1971, o primeiro curso superior de Turismo no Brasil. São apontadas como condicionantes favoráveis a criação do curso: a criação da EMBRATUR e o investimento na melhoria da infraestrutura turística, apontando para a necessidade de formar mão-de-obra qualificada; a expansão do ensino superior privado e a valorização do lazer.

Até o início dos anos 2000, vigoravam os currículos mínimos, quais sejam, disciplinas e cargas horárias estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) para cada curso de graduação no país. Segundo Brusadin (2007, p.5) “é importante destacar a resolução de 29 de janeiro de 1971 do Conselho Federal de Educação, a qual fixou o conteúdo mínimo de duração de 1700 horas do curso superior em turismo com determinadas matérias”.

Em 1995 iniciou-se um processo de mudança quando a Lei nº 9.131 instituiu o Conselho Nacional de Educação (CNE) que, por meio de suas câmaras específicas, passariam a instituir propostas para os cursos de acordo com suas demandas. No caso da educação superior, isso ficou a cargo da Câmara de Educação Superior (CES). Em 1996 instaura-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), que neste momento o Estado passa a dar diretrizes e às instituições é assegurado a atribuição de “fixar os currículos de seus cursos e programas (...)” (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/CASA CIVIL, 1996).

Em 1997, por meio do Parecer 776, o Conselho Nacional de Educação (CNE) atribuiu à Câmara de Educação Superior (CES) o papel de “deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto para os cursos de graduação” (MEC/CNE, 1997). Dá-se início, portanto, ao processo de substituição dos currículos mínimos por Diretrizes Curriculares Nacionais.

Segue em ordem cronológica a legislação pertinente ao Bacharelado em Turismo (Mec, 2022):

- Parecer CNE/CES nº 146/2002, aprovado em 3 de abril de 2002 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design;
- Parecer CNE/CES nº 288/2003, aprovado em 6 de novembro de 2003 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo;
- Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.

Com quinze anos da publicação da última DCN do Bacharelado em Turismo, deu-se instintivamente, um processo de questionamento sobre a formação frente a mudanças e temas como: o currículo, a inserção do egresso no mercado de trabalho, as parcerias de estágio, a análise de dados de pesquisas e a produção de conhecimento na área tem ocupado

espaços em eventos nacionais e internacionais e agregado pesquisadores e professores interessados no tema.

2. FÓRUM NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER - FNCSTUR

O Fórum Nacional de Cursos Superiores de Turismo, Hospitalidade e Lazer - FNCSTUR é vinculado à Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais de Turismo - ABBTUR. Foi criado em 2003, durante o Congresso Brasileiro de Turismo - CBTUR, realizado em Porto Seguro (BA). Desde então, teve sua presidência exercida por: 2003 a 2004 – Profa. Dra. Elisabeth Wada; 2004 a 2016 – Profa. Dra. Jurema Dantas; 2016 a 2019 – Profa. Marcia Alonso; 2019 a 2020 – Profa. Dra. Silvia Cabral.

Em 2021, sob a presidência da Profa. Dra. Teresa Cristina Viveiros Catramby, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ e vice presidência da Profa. Ms. Celia Uller da Universidade do Vale do Itajaí - Univali, uma nova diretoria tomou posse, sendo composta por representantes das cinco regiões do Brasil: Profa. Vânia Lúcia Quadros – UFPA (Região Norte), Prof. Sérgio Leal – UFPE (Região Nordeste), Profa. Patrícia C. S. Martins – UEMS (Região Centro-oeste), Prof. Marcelo Vilela – USP (Região Sudeste) e Prof. Carlos Eduardo Silveira – UFPR (Região Sul). A diretoria contou, também, com a colaboração do Prof. Thiago Rodrigues Shulze – IFSP que esteve responsável pela comunicação e supervisão de estagiários da UFRRJ e UNIRIO na operação das redes sociais.

Com vistas a inaugurar uma nova modalidade de gestão descentralizada, integrada e participativa, a primeira ação da nova gestão foi a realização de um evento online - em função da pandemia do Coronavírus - via plataforma Google Meet, no dia 20 de maio de 2021. O evento contou com a presença de 82 professores, entre os quais gestores de Cursos Superiores de Turismo de todos os estados brasileiros.

Como parte da programação do evento, foi realizada a apresentação da Diretoria do Fórum, os objetivos e proposições da gestão. Após discussões, ficou decidido que seria iniciado um processo de delineamento de uma nova proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN para os Cursos Superiores de Turismo em específico para o Bacharelado em Turismo. Esta proposta se dá pelo fato de que as últimas DCN datam de 2006, completando 16 anos, e que o cenário e mercado do Turismo no mundo e no Brasil mudou. Nesse sentido, faz-se premente uma reformulação com base em conhecimentos, habilidades e atitudes do profissional frente às mudanças. Da mesma maneira, é urgente pensar em novas competências e um novo perfil para os egressos dos cursos de instituições de todo o Brasil.

Após o evento, foi realizado um cadastro dos participantes, o que possibilitou a comunicação virtual e a formação de Grupos de Trabalho (GTs) com temáticas específicas tais como: Curricularização da Extensão e Atividades Complementares; Trabalhos de Conclusão de Curso; Estágio Supervisionado; Aprendizagens *in loco* – Visitas Técnicas; Empresa Júnior. Os grupos tiveram reuniões semanais com duração aproximada de 1 hora cada, nos meses de junho a novembro de 2021. Cada GT contou com um responsável, mas todos eles foram acompanhados pelo Professor Thiago Rodrigues Schulze - IFSP, responsável

pela Coordenação Geral. Após a conclusão dos trabalhos destes primeiros grupos, foram propostos mais dois GTs: Perfil do Egresso: e Laboratórios e Empresas Júnior.

Ao longo das reuniões dos GTs, foram produzidos materiais de referência, realizadas reuniões técnicas e palestras com pesquisadores e especialistas como Pró-Reitores de Extensão, além das leituras de legislações e debates acerca dos temas dos GTs. Ao final de dois meses, os Grupos de Trabalho encaminharam relatórios contendo sugestões de alteração das DCN.

Além das contribuições propriamente ditas, observou-se, como principal ganho, a integração entre professores e coordenadores de curso, compartilhamento de dúvidas, angústias e desafios comuns, além da possibilidade de continuidade de contato, impulsionado pela utilização de ferramentas digitais como o *Google Meet*, *Facebook*, *Instagram* e *Youtube*.

Com o objetivo de levantar dados para subsidiar as discussões, a Diretoria do FNCSTUR realizou pesquisas com Coordenadores de Curso para entender a atual situação e o impacto da pandemia nos mesmos; com ingressantes para obter elementos sobre o perfil e expectativa; assim como um levantamento da atual oferta de cursos.

Simultaneamente às discussões nos GTs e às pesquisas, outras ações foram desenvolvidas pela Diretoria do FNCSTUR, sempre tendo como foco a mobilização para a formulação das novas DCN de Turismo. Cita-se como exemplo:

- Reunião com membros do Mtur para comunicar a proposta de trabalho do FNCSTUR quanto a elaboração de uma nova DCN e pedido de apoio para encaminhamento;
- Participação no 4º Encontro da Rede Brasileira de Observatórios de Turismo no Webminar: Formação, produção do conhecimento e mercado de trabalho em Turismo: canário, dilemas e transformações possíveis em 29 de outubro de 2020;
- Participação no Espaço ABBTUR durante o XVII Seminário da Anptur em 2020, tratando do tema: A formação e o profissional de Turismo;
- Reunião com coordenadores e professores de cursos de Turismo do Ceará e do Piauí com apoio das seccionais da ABBTUR em fevereiro de 2021;
- Participação na live Troca de Ideias, coordenada pelo prof. Mario Beni sobre “Os cursos de Turismo no Brasil: desafios e oportunidades em maio de 2021;
- Participação na Mesa Redonda “A Formação Profissional em Turismo”, durante o evento Semana de Integração do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), realizado no dia 10 de agosto de 2021;
- Participação na Audiência pública na Câmara de Deputados, no dia 18 de agosto de 2021, das 10h às 13h, em ambiente virtual, com o tema “Educação e Formação Profissional em Turismo no Brasil”, realizada em atenção ao requerimento nº 54/21, de autoria do deputado Otavio Leite e por ele presidida;
- Participação do FNCSTUR no *talk show* “Atualidade na formação em Turismo e Hospitalidade”, durante o evento V HOSPTUR – Desafios para o Turismo e Hospitalidade em contextos de crise, do Instituto Federal de Alagoas – Campus Maragoj, realizado na noite do dia 27 de setembro de 2021;
- Apoio de equipe de estagiários da UFRRJ e Unirio, nas estratégias de Comunicação e Redes Sociais do FNCSTUR, a partir da utilização da metodologia *Scrum*;

- Estabelecimentos de parcerias com instituições afins como a Academia Brasileira de Eventos e Turismo e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR);
- Elaboração e encaminhamento de documento ao Conselho Nacional de Educação (CNE), em dezembro de 2021, relatando todas as ações realizadas, os dados obtidos e a *expertise* da Diretoria do FNCSTUR, colocando o Fórum à disposição do referido Conselho para, em conjunto, elaborarmos a proposta de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Bacharelado em Turismo.

3. PESQUISAS

O primeiro questionamento que lançamos aconteceu quando do convite aos coordenadores e docentes para participarem do Encontro organizado pelo FNCTUR. Naquele momento, iniciamos um processo de entender as principais demandas que iriam nortear as discussões e como observamos 40,7% dos respondentes apontaram a DCN e em seguida 30,8% desejam tratar do perfil do egresso. Ambos os pontos demonstram a necessidade premente de atualização na formação superior em Turismo.

3.1 Pesquisa Formação em Turismo durante a pandemia do Covid-19

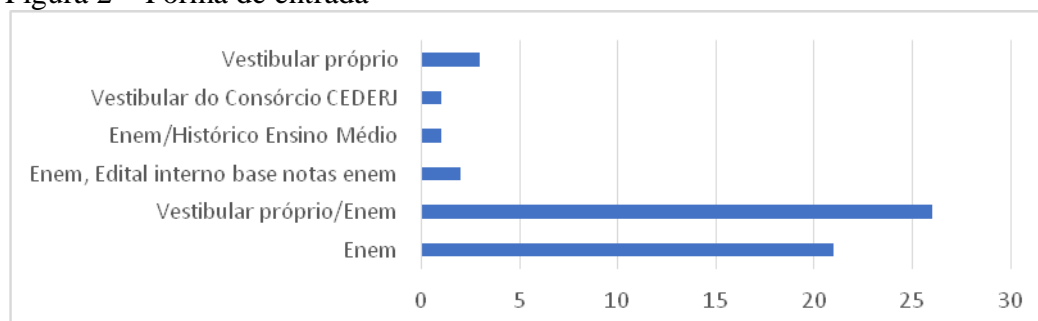
Como dito anteriormente, realizamos pesquisa com coordenadores de curso com o objetivo de entender a atual situação da oferta destes cursos já que estávamos em meio a uma pandemia. Inicialmente buscamos no site eMec entender o quantitativo de cursos superiores de Turismo ofertados no Brasil. O quantitativo que aparece no relatório extraído não demonstra a realidade pois na relação constam tanto as instituições que efetivamente ofertam quanto as que têm autorização para ofertar, mas não tem turmas abertas. Sendo assim, utilizamos o levantamento realizado em 2019 e apresentado ao Conselho Nacional de Turismo pela ex Presidente do FNCSTUR, Profa. Sílvia Cabral.

Sendo assim, nos baseamos na informação de 146 cursos de bacharelado na modalidade presencial, sendo 56 em instituições públicas e 90 em particulares. Dos 103 cursos tecnológicos, 52 são oferecidos em instituições públicas e 51 em particulares. Com relação aos cursos na modalidade à distância são prioritariamente em instituições particulares, sendo 3 de bacharelado e 14 tecnológicos. Em instituições públicas constam 2 cursos tecnológicos e 2 instituições que oferecem a Licenciatura.

O formulário foi disponibilizado entre junho e setembro de 2021 e divulgado em nossas redes sociais e diretamente ao e-mail dos cursos já cadastrados no FNCSTUR. Obtivemos 54 IES respondentes sendo 38 de cursos de bacharelados e 16 tecnológicos. Destes foram 34 de bacharelados em Turismo; 2 bacharelados em Hotelaria; 1 bacharelado em Lazer e Turismo; 1 bacharelado em Turismo e 16 Tecnólogo onde aqui não apontamos seus diferentes nichos de formação. Sendo 41 em instituições públicas, 11 em Institutos Federais e 30 em Universidades e 13 em IES particulares. O que denota uma maior incidência de cursos em IES públicas.

Com relação a forma de entrada, 31 instituições ofertam turmas anuais e 23 semestrais e sendo o Enem o mais utilizado como processo seletivo conforme demonstrado na figura a seguir:

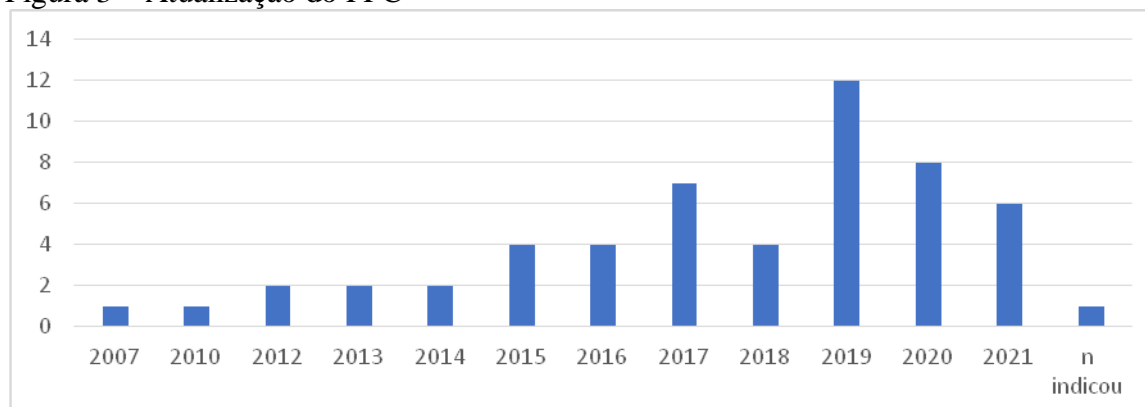
Figura 2 – Forma de entrada



Fonte: Elaborado pelos autores

A seguir foram questionados acerca da última atualização de seus Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, já que este documento é norteador do processo de ensino e aprendizagem e tem como base a DCN vigente. Como a última DCN data de 2006 podemos observar na figura abaixo que após 10 anos os cursos iniciaram um processo de atualização, entretanto sem ter sido elaborada uma nova DCN que poderia indicar inovações na formação.

Figura 3 – Atualização do PPC



Fonte: Elaborado pelos autores

Outro fator que tem sido objeto de discussões diz respeito à carga horária dos cursos. De acordo com a Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, a carga horária mínima do curso de bacharelado é de 2.400 horas, o que corresponde à oferta de 3 anos e meio a 4 anos. Já o tecnólogo tem uma carga horária mínima de 1.700 horas sendo ofertado entre 2 anos e meio a 3 anos. Entretanto observamos que o bacharelado se mantém entre 3 e 4 anos porém há cursos tecnológicos que ultrapassam as 2.400 horas mínimas de um bacharelado. Este é um ponto interessante de ser discutido.

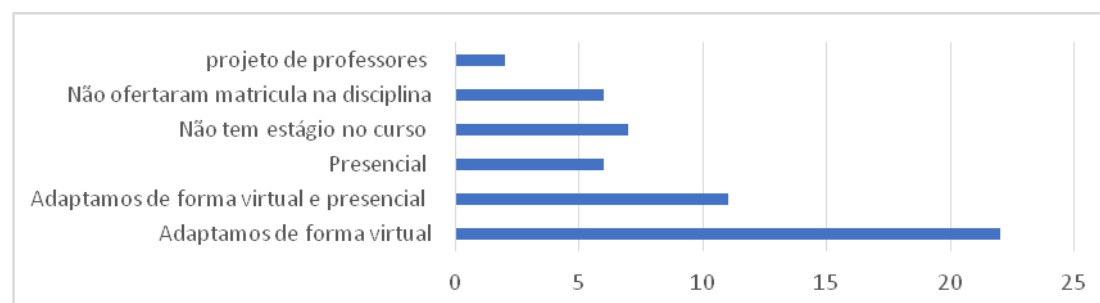
A pandemia do Covid-19 apresentou-se como um marco para a academia. Naquele momento houve a necessidade de transportar as turmas presenciais para o ambiente virtual devido ao *lockdown*. Houve pontos positivos como a possibilidade de participação de palestrantes em aulas virtuais o que em outros momentos demandaria deslocamento e verba para tal. Por sua vez, as diferenças vieram à tona quanto da impossibilidade de acesso de alguns alunos a estes ambientes virtuais por falta de equipamentos e internet. Os calendários foram modificados e cada instituição teve a sua forma de superar os percalços deste momento atípico.

Segundo a pesquisa, a maioria das instituições adotaram o Ensino remoto com aulas síncronas e assíncronas. As plataformas mais utilizadas foram: Google Meet, Teams e as próprias plataformas institucionais.

A formação em Turismo baseia-se em teoria e prática onde a prática acontece em laboratórios e aulas externas. E com relação às aulas práticas tivemos o seguinte panorama: 32% dos coordenadores responderam que foram adaptadas de forma virtual e 16% informaram que as aulas não foram ofertadas e que causa prejuízo aos alunos.

Outro aspecto importante da formação é o estágio que durante a pandemia os cursos optaram por sua oferta da seguinte forma:

Figura 5 – Estágio durante a pandemia



Fonte: Elaborado pelos autores

Apesar de ter sido uma pesquisa aplicada em um momento atípico, ela nos trouxe elementos importantes de reflexão como a questão da carga horária dos cursos de bacharelado e tecnológico, a atualização dos PPCs frente a mudanças no mundo do trabalho e conseqüentemente na formação e a oferta da prática nos cursos que podem acontecer de diversas formas e maneiras.

3.2 Pesquisa com ingressantes durante a Pandemia do Covid-19

A pesquisa com os ingressantes foi proposta como forma de entender a atual demanda pelo curso. O formulário foi disponibilizado de julho a setembro de 2021, já que as instituições tiveram calendários diversos por conta da pandemia.

Tivemos 442 respondentes de todo território nacional prevalecendo um maior quantitativo dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Dos respondentes, 70,1% estavam

cursando o primeiro período e 29,9% o segundo período. Deste total, 76,5% estavam cursando bacharelado e 70,8% eram do gênero feminino

Questionamos se haviam cursado o ensino médio em escola pública ou privada e 79% responderam que haviam cursado em escola pública. Com relação à forma de ingresso, 67,4% responderam que foi através do Enem.

Uma questão que aparece em debates, eventos científicos e publicações diz respeito à questão da opção pelo curso e dos respondentes 57% tiveram o Turismo como primeira opção. Desta forma, quase metade dos alunos que participaram da pesquisa não haviam escolhido Turismo como primeira opção.

Fazendo uma relação com a questão anterior, 76,4% possuem idade até 25 anos e chamamos a atenção para 22,6% com idade até 18 anos. Este dado demonstra que boa parte dos entrevistados ingressou no curso logo após ter terminado o ensino médio.

Outro dado interessante é que 7,2% possuem mais de 41 anos e 14% possuem outra formação.

Síntese dos Grupos de Trabalho

Com o intuito de registrar as discussões e ajudar na elaboração de propostas, foi solicitado ao líder de cada GT a entrega de um relatório contendo a síntese do encaminhamento de cada grupo e sugestões para uma proposta de DCN.

GT Curricularização da Extensão e Atividades Complementares

Na reunião de 12 de julho de 2021, realizada entre as 16 e 17 horas, o Grupo Temático Curricularização da Extensão e Atividades Complementares, conforme disposto em reunião do dia 05 de julho, efetuou a leitura dos tópicos relevantes para inserção nas DCNs, de modo a elaborar a versão a ser entregue ao FNCST. Como estratégia, cada um dos tópicos foi lido e analisado, com sugestões, alterações e até retirada de tópicos propostos em reunião anterior. Abaixo são apresentados os 7 balizadores identificados pelo grupo como base para a redação dos artigos e parágrafos da DCN que versam sobre a curricularização.

- Conceituar Extensão no Turismo;
- Citar a legislação em vigor sobre a normatização da curricularização da extensão (pois algumas portarias/normas/Leis alteram-se com maior velocidade do que as próprias DCNs), integralizando o mínimo de 10% da Carga Horária total do curso;
 - Relacionar as atividades extensionistas ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes nos cursos;
 - Necessidade de integrar as atividades extensionistas conforme o perfil do egresso e objetivos do curso em consonância com a DCN em vigor;
 - A extensão universitária tem como pilares o protagonismo discente vinculado a programas e projetos que considerem a relevância social no contexto do desenvolvimento local e regional da IES;
 - A Curricularização da extensão pode ocorrer tanto entre os cursos de Turismo e outros cursos por meio de programas e projetos multi, interdisciplinares,

interinstitucional desde que as atividades desenvolvidas possuam relação com as áreas de turismo;

- O diálogo com a comunidade externa em turismo é rico e pode ser desenvolvido por meio de programas e projetos de Organizações Não Governamentais, Órgãos Públicos de Turismo (federal, estadual e municipal), diferentes IES, e outras organizações;

Sugestões para a DCN de Turismo

O grupo entendeu ainda ser pertinente o encaminhamento da seguinte proposta, a ser debatida em escopo mais ampliado, dada sua abrangência.

- A soma total da carga horária das Atividades de Ensino em disciplinas não poderá ser inferior ao total da carga horária de estágio, curricularização da extensão e Atividades Complementares.

Sobre as Atividades Complementares, foi identificado apenas um balizador, com o grupo compreendendo a necessidade/relevância de realizar o mesmo exercício desenvolvido para a construção dos balizadores da Curricularização da Extensão.

- As Atividades Complementares são consideradas num contexto mais amplo, no qual entende-se a necessidade de valorização das experiências discentes em diferentes lócus de aprendizagem. No entanto, não necessariamente o discente é o protagonista da ação, como é o caso de uma visita a um museu e a elaboração de um relatório. Encaminhamentos como sugestões trazidas pelos presentes na reunião, o grupo pode realizar um estudo de como as Diretrizes Curriculares Nacionais de outros cursos atualizados recentemente, como é o caso de Administração, Direito, Publicidade e Propaganda e outros, já contemplam textualmente ou não a curricularização.

O grupo entendeu ser pertinente dar continuidade ao trabalho, agora com foco específico e mais discussões sobre Atividades Complementares.

GT Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Em relação ao Grupo de Trabalho TCCs, não houve especificamente sugestões para a atualização das Diretrizes Curriculares, uma vez que a Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo) já contemplava as diferentes possibilidades de entrega do trabalho. Foi, no entanto, pontuado, ao longo das reuniões, a grande dificuldade dos docentes no que tange à orientação, em relação a dois temas: temas emergentes; modalidades de TCC que diferem da monografia tradicional. Neste sentido, não se trata então da atualização do item TCCs nas DCNs, mas efetivamente de dar ampla divulgação as suas diferentes modalidades, perspectivas e formas de apresentação.

GT Estágio

Durante as reuniões realizadas, o grupo abordou e reforçou o caráter pedagógico do estágio. E, para seu efetivo acompanhamento, existe esta necessidade de contar com um docente orientador/supervisor. Também foi abordada a relevância do relatório de estágio, como instrumento de avaliação da aprendizagem, com potencial inclusive para a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso.

Sugestões para a DCN de Turismo

- Manter como está o Art. 7º que resguarda o Estágio Curricular Supervisionado como um componente curricular obrigatório bem como os incisos 1º e 2º;
- Assegurar pelo menos os atuais 10% previstos da carga horária para a realização do estágio;
- Orienta-se que os cursos de Turismo contem com um Coordenador de Estágio, responsável pelas articulações Mercado-Instituição e acompanhamento daquilo que diz respeito às questões administrativas. E, por outro lado, que o acadêmico conte com professores responsáveis pela orientação pedagógica da prática de estágio, preferencialmente com especialidade na área escolhida;
- Como atividades específicas do coordenador de estágio (além daquelas administrativas), evidencia-se a relevância da participação do mesmo em associações - grupos específicos do mercado, para fins de aproximação universidade-mercado. Já ao docente orientador, compete apenas o acompanhamento e orientação das atividades pedagógicas desenvolvidas pelo estudante;
- A Instituição concedente assume, sobretudo, o dever de propiciar ao aluno, pleno desenvolvimento de seu plano de trabalho, previamente acordado entre as partes (Instituição de Ensino e Empresa);
- Entende-se que o Relatório Final de Estágio deva ser um dos instrumentos avaliativos da prática do estágio, seguido da avaliação do docente orientador, bem como avaliação da Instituição Concedente.

GT Aprendizagens *in loco*

Pensar e refletir sobre aprendizagens *in loco* significa integrar essas ações com as demais atividades pedagógicas realizadas durante toda a formação acadêmica. Ou seja, essas aprendizagens precisam estar em consonância com o projeto pedagógico do curso como um todo, pois podem ser consideradas como um de seus elementos estruturais. Diz-se isto, sobretudo, no que tange ao incentivo à inter/transdisciplinaridade, à integração entre teoria e prática, além de ser uma excelente oportunidade experiencial para os sujeitos envolvidos, seja para sua atuação profissional futura ou para suas aprendizagens ao longo da vida.

Nesse sentido, o estar “*in loco*” pode significar muito mais que verificar ou observar acontecimentos e/ou práticas sociais relacionados à atividade turística. Ele pode se transformar em um momento de reflexão crítica, fazendo emergir questionamentos, inquietações, e principalmente, pode ser uma oportunidade de autoria dos sujeitos - que

tomam esses espaços de aprendizagens não como prontos, mas como de/em construção que se efetivam na relação que os sujeitos desenvolvem com o(s) objeto(s) a ser(em) conhecidos, com o outro e pela mediação daquele que ensina.

Esses processos pedagógicos, então, podem ser marcados por provocações que buscam instigar a curiosidade, já que os discentes são levados a formular novas perguntas e encontrar respostas a partir de seus próprios conhecimentos. Esse entendimento do fazer pedagógico encaminha à valorização do professor-mediador e à superação daquela que seria a de uma figura autoritária. Da mesma forma, promove a recriação de conhecimentos historicamente construídos – na perspectiva de que só se aprende o que é recriado para si.

Portanto, essas atividades *in loco* se instituem como um momento profícuo para a permanente problematização, para a descoberta, para a observação e análise da realidade, para a hipótese explicativa, para a experimentação, para a interpretação e para o novo.

Nessa direção, recomenda-se que essas atividades *in loco* sejam desenvolvidas a partir de um planejamento cocriado como parte do processo de aprendizagem, que inclua: plano de ações, cronograma, custos, justificativas, objetivos, avaliação, lições aprendidas, sugestões de melhorias, intencionalidade pedagógica, mediação das aprendizagens, pois compõem as ações de formação. Portanto, por ser uma atividade (institucional) formativa, deve seguir regramento específico da Instituição promotora ou do Curso que a oferta.

Tais atividades, quando projetadas e organizadas segundo esses elementos principais, devem ter prioridade para sua viabilização dentro da Instituição em comparação com outras ações similares (como participação em eventos), sobretudo em cursos em que é mencionada a sua importância pedagógica/educacional nos seus Projetos Pedagógicos.

Dessa maneira, embora na Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo), as aprendizagens *in loco* sejam mencionadas de forma subliminar. Entende-se, neste Grupo de Trabalho, que elas merecem atenção e representam muito mais que uma viagem/visita, mesmo que envolvam, muitas vezes, deslocamento e tudo o que implica o sair da Instituição. Essas atividades são oportunidades de vivenciar a *práxis* educacional, na qual podem emergir as correlações entre os diversos conhecimentos trabalhados ou experienciados durante toda a vida dos sujeitos e que, em interação com o meio e em relações sociais, podem ser enriquecidos e expandidos.

Assim, elas vêm fortalecer e possibilitar que os envolvidos tenham autonomia e, conseqüentemente, autoria em seu próprio processo de formação educacional e socioprofissional.

Síntese do Documento e Sugestões para DCN do Turismo

- As aprendizagens *in loco* precisam estar em consonância com todo o Projeto Pedagógico do curso;
- As aprendizagens *in loco* necessitam estar embasadas em modelos epistemológico-pedagógicos e suas diferentes perspectivas;
- As aprendizagens *in loco* exigem um planejamento pedagógico e operacional;
- As IES devem buscar viabilizar a realização das aprendizagens *in loco*, considerando quando disposto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

GT - Laboratórios e Empresas Junior

O Grupo de Trabalho sobre Laboratórios e Empresas Júnior apontou a necessidade de uma aproximação com o mercado no que se refere à utilização de *softwares* para que os alunos estejam aptos ao uso. Assim, como ação efetiva, formulou a proposta de uma correspondência, a ser encaminhada pelo Fórum às empresas proprietárias desses *softwares*, com a solicitação de apoio para a obtenção deste material, utilizado em empresas turísticas, de modo mais acessível pela IES, para utilização nas disciplinas curriculares

GT Conteúdo

O GT “Conteúdo” foi pensado com o objetivo de serem discutidos quais são os conhecimentos necessários que o discente precisa ter em sua formação superior em Turismo.

É necessário pensarmos a respeito dos conteúdos de disciplinas básicas e específicas e fazer relação com o mercado de trabalho. O foco era trabalhar os conhecimentos com a abordagem do conceito do CHA (conhecimentos, habilidades e atitudes) esperadas do egresso.

A doutoranda Flora Bittencourt está em fase de finalização de sua pesquisa de tese, que tem como objetivo levantar conhecimentos, habilidades e atitudes dos egressos de cursos superiores de Bacharelado em Turismo. O intuito do estudo é identificar quais são as novas competências esperadas desse profissional, frente às mudanças encontradas hoje no mundo do trabalho em função das novas dinâmicas de mercado e uso de tecnologias. A pesquisa teve apoio do FNCSTUR e cabe ressaltar que o GT “Conteúdo” é um tema importante de ser debatido caso tenha uma nova oportunidade de discussão, tendo em vista que com o retorno do ensino presencial muitos professores interessados não conseguiram participar.

GT Perfil do Egresso

Este GT teve como foco debater e buscar respostas para questionamentos como: como as instituições de ensino têm trabalhado as competências, habilidades e atitudes/competência comportamentais (*soft skills*) na formação dos futuros profissionais? Qual a carga horária dos cursos atualmente existentes? Como atividade inicial, os participantes do GT compartilharam os PPC de turismo de suas instituições e relataram sobre a situação de atualização deles.

Comentário final sobre os Grupos de Trabalho

Em virtude da retomada das atividades presenciais, no primeiro momento de forma híbrida e, posteriormente, totalmente presencial, os participantes dos grupos não conseguiram se reunir com a mesma frequência do segundo semestre de 2021, passando por um momento de adaptação.

No entanto, ao retomar o contato em junho de 2022, os participantes manifestaram interesse na retomada dos debates acerca do perfil do egresso, sobretudo na identificação das características e carga horária dos cursos técnicos, tecnológicos, licenciaturas e bacharelados do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Como próximos desafios acerca da construção do documento final e do movimento para a atualização das DCNs e conseqüentemente dos Cursos Superiores de Turismo, a Diretoria do FNCSTUR identificou como próximos passos, as seguintes ações:

- Retomada dos encontros virtuais com coordenadores e representantes de IES de Turismo, Hospitalidade e Lazer, nas modalidades bacharelado, tecnológico e técnico, sobretudo para debate de temas como Empresa Junior, Perfil do Egresso, dentre outros;
- Ampla divulgação da versão concluída do trabalho, através de participação em eventos, encaminhamento para diferentes entidades representativas do turismo no Brasil, e mesmo publicações descrevendo a jornada e os principais encaminhamentos de cada GT;
- Identificação de novas temáticas para constituição dos GTs.

Para concluir, nos mesmos moldes já apresentados inicialmente, a Diretoria do FNCSTUR entende como muito pertinente o contato contínuo entre as IES ligadas ao Turismo, sob a perspectiva de juntos identificarem e desenvolverem ações que permitam o aprimoramento contínuo na formação do Turismólogo, assim como reafirmar a relevância dos Cursos Superiores de Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura de Turismo para o desenvolvimento do turismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

Brasil. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf Acessado em 11/09/2022.

Brasil. Lei 5.540/68. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm Acessado em 11/09/2022.

Brasil. Lei nº 9.131/95. Institui o Conselho Nacional de Educação. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19131.htm Acessado em 11/09/2022.

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acessado em 11/09/2022.

Brasil. Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/>. Acessado em 11/09/2022.

Brusadin, Leandro. A formação do bacharel em turismo com base nas estruturas curriculares e nos docentes dos cursos de graduação. Estudo de casos: Universidade de Espírito Santo do Pinhal e Universidade de Franca. **IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM**– 27 a 28 de agosto de 2007.

Participantes dos Grupos de Trabalho

Os textos finais dos grupos de trabalho foram construções coletivas e aqui relacionamos todos os participantes:

Adriana Pisoni da Silva (in memorium) – Universidade Federal do Pampa
Alexandra Marcella Zottis - Universidade Feevale
Ambrozio Queiroz – CEFET/RJ
Antonio Rafael Barbosa de Almeida - Universidade Estadual do Piauí
Aurelinda Barreto Lopes – UNIOESTE
Bibiana Schiavini Gonçalves Toniazzo – Universidade Federal do Rio Grande
Brenno Vitorino Costa – Instituto Federal de São Paulo - campus São Paulo - São Paulo/SP;
Carla Caroline Holm - Universidade Estadual do Paraná
Carolina Braghirolli Stoll - Instituto Federal Catarinense
Cibelly Arianda Mattos dos Santos – Faculdade Metropolitana de Manaus
Claudia Fragelli - CEFET/RJ
Claudio Alexandre de Souza – Universidade Estadual do Oeste do
Cynthia Regina Fonte Boa Pinto – Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
Daniella Pereira de Souza Silva - Universidade Federal de Sergipe
Débora Fittipaldi Gonçalves – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
Djane Chiba – Instituto Federal Tecnológico do Pará
Fábio Orlando Eichenberg - Universidade Federal de Pelotas
Fabiana de Lamare – Instituto Federal de Santa Catarina
Francielle de Lima – Universidade Federal do Pampa
Glaubécia Teixeira da Silva - Universidade do Estado do Amazonas
Isabela Andrade de Lima Moraes - Universidade Federal de Pernambuco
Isabelle Andrade Brito - Universidade Tiradentes
Ivanise Borges Souza – Universidade Federal do Tocantins
Jamile Cezar de Moraes - Faccat - Faculdades Integradas de Taquara-RS
Jéssika Paiva França – Universidade Federal do Pará
José Silva Pereira Júnior - Unice Ensino Superior
Juleusa Maria Theodoro Turra – Pontifícia Universidade Católica - Campinas
Juliana Niehues Gonçalves de Lima - Universidade Federal do Rio Grande
Karla Cristina Damasceno de Oliveira – Instituto Federal de Roraima
Larissa de Mattos Alves - Universidade Estadual do Paraná
Laerte Pedroso de Paula Júnior – Instituto Federal do Ceará - São Francisco do Sul
Laura Almeida Calasans Alves - Universidade Federal de Sergipe
Luciana Araújo de Holanda - Universidade Federal de Pernambuco
Luciana de Souza Vitória - Instituto Federal de Roraima

Luiz Alexandre Lellis Mees - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Luis Fernando – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Luiziânia da Silva Gonçalves - CENTEC/SEDUC-CE
Marcelo Vilela de Almeida - EACH/USP
Marcia Algermiro Freire – CEFET RJ
Maria Angélica Learth Cunha Meneses - UESPI
Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
Maria Emília Martins da Silva Garbuio – Instituto Federal Catarinense - Campus Avançado Sombrio - Sombrio/SC;
Maria José Giaretta – Universidade São Judas Tadeu
Marilaine Machado da Silva Rosa
Marlen Maria Cabral Ramalho – Centro Universitário São José - Rio de Janeiro/RJ;
Maurício Ragagnin Pimentel – Universidade Federal de Pelotas
Mayara Roberta Martins – Universidade Federal do Rio Grande
Patrícia Cristina Statella Martins - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Dourados
Pedro de Alcântara Bittencourt Cesar - Universidade de Caxias do Sul
Priscila Vargas da Silva - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Raquel Lage Tuma - Universidade Estadual do Paraná - Campo Mourão
Renan Augusto Moraes Conceição – Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR - campus de Apucarana - Apucarana/PR;
Renata Maria Ribeiro – Universidade do Estado de São Paulo
Rubia Elza Martins de Souza – Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul
Rudinei Picinini - Universidade de Caxias do Sul
Salette Gonçalves - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Samira Lodi Mello - Faculdade Vale do Jaguaribe
Sergio Luiz Winkert – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Sidcley D´sordi Alves Alegrini da Silva - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Simone Dantas Costa – Universidade Veiga de Almeida
Simone de Lira Almeida - Universidade Federal de Pernambuco
Silvia Helena Ribeiro Cruz – Universidade Federal do Pará
Susy Rodrigues Simonetti - Universidade do Estado do Amazonas
Thiago Rodrigues Schulze – Instituto Federal de São Paulo - Cubatão
Thiago Sebastião de Melo – Universidade Nacional de Brasília
Vânia Lúcia Quadros Nascimento – Universidade Federal do Pará